

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO – ETP

RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO: Felipe Venturini Arcêncio

DA JUSTIFICATIVA PELO ESTUDO TÉCNICO SIMPLIFICADO

1. Os itens de não perecíveis são de compra recorrente, bens de consumo cuja compra é contínua e anual, para garantir a manutenção dos serviços pela Secretaria da Assistência Social. Tendo-se já cumprido suficientemente aos outros princípios da licitação pública nossa equipe técnica concluiu pelo ETP Simplificado pelo princípio de celeridade, elaborando os outros incisos somente na medida em que os julgamos vantajosos ao estabelecimento dos incisos básicos¹. Ademais, fundamentamo-nos no Decreto Municipal nº 64/2023, Art. 27º, onde lemos que *“poderá ser apresentado estudo técnico preliminar simplificado, que conterá no mínimo os elementos estabelecidos no artigo 18, § 2º da Lei nº 14.133/2021, nos casos de contratação de bens com fornecimento recorrente.”*

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Dos itens serem comuns e não serem de luxo

1.1. Os itens analisados neste Estudo Técnico Preliminar foram considerados comuns, por serem passíveis de definição no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público.

1.1.2. Possuindo, pois, estes três atributos básicos, a saber: aquisição habitual/rotineira da Administração Pública; apresentação e características que encontrem no mercado padrões usuais de especificação e; possibilidade de julgamento objetivo pelo menor preço². O mesmo é considerado comum, igualmente, não é um item de luxo.

1.1.3. Para tanto afirmar, pensamos o **Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021**, tendo estabelecido o enquadramento dos bens de consumo de luxo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública nos traz, em seu artigo 2º,

1.1.4. Segundo o artigo 2º do citado decreto, considera-se bem de luxo, o bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como ostentação; opulência; forte apelo estético; ou requinte (inciso I).

1.2. Os bens não perecíveis são de primeira necessidade para as finalidades de nossa Secretaria no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), comum e modesto, sendo destinado à manutenção dos serviços.

Da necessidade e a viabilidade prática, ecológica e econômica da solução

1.3. Para a análise e deliberação a respeito da melhor forma de realizarmos o atendimento da necessidade esta Secretaria, a equipe técnica considerou diversos fatores e princípios:

¹Como lemos no inciso §2 do Artigo 18 da Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 “O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.”

²Seguimos aqui o lecionado pelo desembargador Jesse Torres Pereira Junior e por Joel de Menezes Niebuhr.

1.3.1. Aspectos econômicos, ambientais, práticos, de acordo com cada tipos de necessidade (ordinária, extraordinária³) e hedônicos;

1.3.2. A partir do estabelecimento deste conjunto de itens capazes de atender às diversas demandas, realizamos sua compra constante, no que os itens presentes pertencem a inúmeros processos de compras, entre os mais atuais os Processos de Compras 749/23 e 1131/23.

1.3.3. Em cada item se encontrará o mesmo sentido no mercado, uma maior variedade, maior cuidado ecológico, tal nem sempre se traduz na possibilidade de adquiri-lo em grande escala sem violar o princípio de economicidade, tampouco, sem uma certa predileção a marcas, considerando que a oferta, as vezes, não é ampla. Nem sempre, pois, tais alterações possuem oferta ampla o suficiente no mercado para que tenhamos grande ofertas de marcas (o que pode beneficiar certas empresas violando o princípio de isonomia), normalmente trazendo custos adicionais que seriam desnecessários à sua função (violando o princípio de economicidade). Buscamos aqui o ponto ideal entre qualidade, demanda, necessidade e valor econômico.

1.3.4. Após a exposição dos diversos critérios utilizados na determinação dos itens presentes, esta equipe técnica considera que explicitações adicionais e pormenorizadas seriam desnecessárias, evitando-se assim a prolixidade e irmos contra o princípio de celeridade⁴, pois são dedutíveis a partir dos princípios. Portanto, essa equipe técnica explicita suficientemente sua conclusão já estabelecida nos processos anteriores⁵, da desejabilidade e viabilidade prática e econômica.

Sobre a necessidade de amostra e de ficha técnica

1.4. Sobre a necessidade ou não de amostra nossa equipe técnica considerou diversos aspectos. Primeiro, que a apresentação de uma ficha técnica e a análise de sua correspondência objetiva com o item na data da entrega não são suficientes para garantir o atendimento da necessidade pública.

1.4.1. Assim, a solicitação de amostra se torna necessária às empresas, o que não prejudica o princípio de celeridade, se considerando sua imprescindibilidade no caso de gêneros alimentícios, assim como não se pode considerar como impeditivo às empresas que participam do processo.

1.4.2. A exigência e a análise de amostras é medida indispensável para aferir a efetiva compatibilidade entre o objeto descrito na proposta e as especificações estabelecidas no edital. **A aceitação de um alimento é importante fator para determinar a qualidade do produto e além disso, evita desperdício de recursos públicos na compra de gêneros alimentícios rejeitados.**

A análise sensorial é parte do planejamento de compras e deverá observar os critérios de qualidade, rendimento e compatibilidade com o descrito na Ficha Técnica e no Edital (Termo de Referência).

1.4.3. Consideramos, portanto, como necessária a amostra, seguindo os princípios de finalidade, comparação objetiva das proposta⁶, etc.

³As diferentes demandas desta Secretaria podem ser divididas entre ordinárias, compondo-se de refeições completas que são servidas, de lanches, assim como necessidades extraordinárias, justificadas por práticas culturais e festivas típicas, assim como necessidades educativas, como as demandas do Centro de Qualificação, que oferece cursos de culinária.

⁴Seguimos aqui também o legislado na Instrução Normativa SEGESME nº 58, de 8 de agosto de 2022, onde lemos, no artigo XIII, que “§ 3º Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos no art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais.”

⁵Salientando-se aqui que o bem já é de aquisição sequenciada desta Secretaria.

⁶Salientando-se que, aqui, a própria análise objetiva da proposta implica a percepção subjetiva e hedônica do consumidor final.

1.4.4. Complementando-se à necessidade de experimentação concreta do item, já suficientemente analisada, esta equipe técnica avaliou a necessidade de complementação pela Ficha Técnica, para que se analise em conformidade com a rotulagem e a fim de maior celeridade na análise. Igualmente, a Ficha Técnica é arquivada, utilizada nas análises posteriores dos produtos e sua adequação, por sobreviver à vida útil da amostra, por isso também sendo imprescindível.

Da garantia da contratação e solicitação de qualificação técnica

1.5. Esta equipe técnica considerou que os elementos a serem considerados na solicitação de garantia de contratação e qualificação técnica são o risco do contrato, a complexidade do projeto, o nível técnico exigido ou outro caráter que eleve os cuidados necessários.

1.5.1. Tendo-se isso em vista, se considerando que existem diversas formas de garantias implícitas no Registro de Preço, como as penalidades previstas na Lei, que já dispõem à Administração de ferramentas para disciplinar a empresa que não atenda ao acordado.

1.5.2. Considerando-se, ademais, que o atendimento não envolve atividades complexas como fabricação, ou nível técnico, mas o simples fornecimento e que, ademais, nunca tivemos histórico de problemas quanto ao fornecimento, que o próprio sistema de punições previstas em lei afastam naturalmente as empresas que não cumprem com os instrumentos da contratação. Consideramos que seriam contrários ao princípio de celeridade e desnecessários garantias de contratação adicionais.

1.5.3. Nesse mesmo sentido, considerando o processo como de simples fornecimento, sem o envolvimento de atividades complexas que exigiriam a garantia de contratação, esta equipe técnica decidiu igualmente pela não solicitação de qualificação técnica, tendo em vista à desburocratização do certame, dada a quantidade solicitada, evitando que empresas que possam atender à municipalidade sejam impedidas de participar do processo licitatório.

Da escolha pelo sistema de Registro de Preço

1.6. Esta equipe técnica considerou, para fundamentar sua decisão pelo Registro de Preço:

1.6.1. Que a melhor forma de atendimento tem de ser a continuada, visto a necessidade ser ininterrupta durante todo ano. Assim, sendo a contratação frequente, conseguimos perceber um ganho em celeridade no que se refere à economia de procedimentos licitatórios. Por consequência, intenta-se evitar que se gastem recursos públicos com a realização do próprio procedimento.

1.6.2. Consideramos também que o Registro de Preço nos fornece plena flexibilidade para contemplar a flutuação de demanda típica de serviços de acolhimento, visto a previsão absoluta ser impossível, no que se deve privilegiar formas de atendimento dinâmicas. Consideramos também que no Registro de Preço a não obrigatoriedade de se pedir todo o saldo (art. 83), possuindo flexibilidade suficiente para o atendimento, contemplando a possibilidade de um aumento de demanda, sem que se realize novos processos (mediante o cálculo de margem de segurança), ou a possibilidade da diminuição da demanda, sem que se gere a aquisição desnecessária de itens;

1.6.3. Consideramos, assim, que a simples aquisição de itens de não perecíveis mediante contrato em estoque exigiria medidas de cálculo impossíveis, assim como problemas de armazenamento, seja por espaço, seja devido as características intrínsecas de alguns itens, como data de validade.

1.6.4. Ademais, a própria possibilidade de estender a Ata de Registro de Preço, o que é contemplado pela Lei 14133/2021 conforme o Art. 84, contribui ainda mais para com a facilidade e economia processual;

1.6.5. Consideramos, ainda, que esse processo é o já praticado por essa Seção de Controle e Gestão de Materiais, sem que possamos perceber pontos negativos derivados da natureza do sistema de Registro de Preços;

1.6.6. Conforme o art. 81 do Decreto Municipal 64/23, esclarecemos que não há outros órgãos ou entidades participantes desta Ata de Registro de Preços, sendo a Secretaria Municipal da Assistência Social de Ribeirão Preto o órgão gerenciador e único contratante;

1.6.6.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, não será possível a adesão de outros órgãos não participantes, considerando que o órgão gerenciador será o único contratante, nos termos do § 1º do Artigo 86 da Lei nº 14.133/2021.

Descrição da solução como um todo e critério de julgamento

1.7. O presente processo tem como finalidade a formalização de Ata de Registro de Preços para fornecimento de itens não perecíveis para utilização na Rede de Assistência Social do Município de Ribeirão Preto;

1.7.1 . A justificativa acerca da necessidade consta do item 1.3 deste documento;

1.7.2. As características pormenorizadas da contratação, bem como acerca do certame licitatório, constarão em maiores detalhes no Termo de Referência;

1.7.3. O Processo de Registro de Preços visa:

1.7.3.1. Contratar Pessoa jurídica para fornecimento de não perecíveis, conforme Termo de Referência e seus documentos, com entrega realizada neste Almoxarifado, conforme endereço especificado;

1.7.3.2. Suprir a Rede Municipal da Assistência Social de insumos necessários para o bom atendimento à população usuária do Sistema Único de Assistência Social;

1.7.3.3. Ter a prerrogativa de efetuar as solicitações de entrega, mediante envio de notas de empenho, conforme necessidade da Rede, promovendo economia de recursos públicos no que tange às compras bem como à armazenagem;

1.7.4. Esta equipe técnica optou pelo critério de julgamento de menor preço considerando a indesejabilidade da modalidade alternativa, o maior desconto, derivando-a da natureza de seu objeto e a impossibilidade de estabelecer uma tabela de referência ou obtê-la de algum Órgão Oficial. O presente objeto não incide sobre situações em que o preço do produto ou do serviço é extremamente volátil e sujeito a reajustes esporádicos, fatores econômicos ou sazonais ou outros efeitos de mercado, como o combustível em relação à tabela da ANP – Agência Nacional do Petróleo. Igualmente, o objeto não incide sobre serviços de difícil cálculo de demanda (caso comum de recorrência à modalidade maior desconto), ou obras, onde é comum que se utilize a forma de maior desconto para se evitar manipulações como o “jogo das planilhas” e o “jogo do cronograma” nas obras públicas.

2. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

2.1. A demanda estudada neste documento foi analisada com base nas aquisições anteriores

e estimativas de consumos futuros, baseadas no consumo mensal.

2.2. À página 9 deste Estudo Técnico Preliminar, consta o Anexo I com o Histórico de Consumo, em que é possível verificar as quantidades utilizadas em registros anteriores.

2.2.1. Quanto a memória de cálculo, cumpre-se notar que previsão é que o consumo seja total, e que devemos acolher novos equipamentos, o que explica o aumento previsto, conjuntamente com a margem de segurança. Consideramos também o acompanhamento da demanda, no caso de itens que foram frustrados, pelos registros em pedidos que não podem ser atendidos e nos dão a noção de sua demanda atual.

2.3. Quanto à periodicidade, não é possível estabelecê-la não obstante análise, entretanto, se pode afirmar que as solicitações podem ocorrer bimestralmente e até semestralmente, a depender do item e a situação concreta da logística do estoque, tanto deste Almoxarifado, tanto dos equipamentos, sua demanda flutuante, etc.

2.3.1. Visto assim, o prazo de atendimento de (10) dias úteis é uma medida visando incentivar a viabilidade econômica sem que haja nenhum prejuízo para o fornecimento de alimentos não perecíveis;

2.4. Devido a precisão do cálculo da previsão, não é facultado ao licitante a oferta de quantitativo inferior ao previsto em Edital.

2.5. Concluímos, considerando-se as memórias de cálculos, as estimativas de consumo de acordo com o lançamento das notas e pedidos atualizados, somando-se a previsão de aumento de consumo e a margem de segurança, que tais quantidades atendem à finalidade pública de forma ótima.

3. ESTIMATIVA DE VALOR

3.1. O valor médio estimado de cada unidade segue conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE.	Unidade	E SPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	VALOR MÉDIO	
				Vr. unit.	Vr. Total
1 e 2	3000	Pacote 5kg	Arroz agulhinha tipo 1	30,60	R\$ 91.800,00
3	400	Unidade	Adoçante	8,51	R\$ 3.404,00
4	400	Unidade	Amido de milho	8,13	R\$ 3.252,00
5	3000	Pacote	Biscoito de Polvilho	10,12	R\$ 30.360,00
6	4000	Pacote	Biscoito doce	8,95	R\$ 35.800,00
7	5000	Pacote	Biscoito Salgado	4,97	R\$ 24.850,00
8	300	Pacote	Bombom de chocolate	57,30	R\$ 17.190,00
9	1200	Unidade	Camomila	4,82	R\$ 5.784,00
10	100	Unidade	Chocolate; ao leite fracionado	43,66	R\$ 4.366,00
11	1000	kg	Chocolate em pó solúvel com 50% de cacau	33,88	R\$ 33.880,00
12	100	Unidade	Chocolate Granulado	19,85	R\$ 1.985,00
13	1000	Unidade	Erva doce	2,98	R\$ 2.980,00
14	1000	Unidade	Extrato de Tomate	16,46	R\$ 16.460,00
15	800	kg	Farinha de trigo	5,06	R\$ 4.048,00
16	3500	kg	Feijão carioca	9,73	R\$ 34.055,00
17	700	kg	Feijão Preto	9,63	R\$ 6.741,00
18	300	Unidade	Fermento químico	6,27	R\$ 1.881,00
19	1200	Pacote	Fubá de milho	3,72	R\$ 4.464,00
20	1000	Unidade	Leite condensado	9,80	R\$ 9.800,00
21	200	Pacote	Lentilha	10,86	R\$ 2.172,00
22	300	Unidade	Massa Alimentícia – formato de Lasanha	8,12	R\$ 2.436,00
23	300	Pacote	Milho de canjica branca	5,86	R\$ 1.758,00
24	1000	Pacote	Milho de pipoca	5,98	R\$ 5.980,00
25	4000	Unidade	Óleo de soja	8,36	R\$ 33.440,00
26	2000	Unidade	Orégano	4,46	R\$ 8.920,00
27	300	Unidade	Paçoquinha	21,72	R\$ 6.516,00
28	300	Pacote	Pé de Moleque	21,46	R\$ 6.438,00
29	800	Unidade	Queijo parmesão	7,66	R\$ 6.128,00
30	1000	kg	Sal; refinado	4,08	R\$ 4.080,00
31	5000	Unidade	Sardinha em conserva	8,13	R\$ 40.650,00
CUSTO E ESTIMADO DA REQUISIÇÃO					451.618,00

3.2. . Segue acostado nos autos do processo a pesquisa de preços realizada em detalhes.

3.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 451.618,00 (quatrocentos e cinquenta e um seiscientos e dezoito reais)**.

4. JUSTIFICATIVAS PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Conforme exigências contidas no art. 18, § 1º., inciso VIII, da Lei 14.133/2023 esta equipe técnica julgou que, considerando-se o quantitativo suficiente para a atratividade econômica, é mais eficaz evitar agrupamentos, que poderiam gerar um número maior de itens frustrados ou desertos, não encontrando vantagens técnicas ou econômicas que compensassem a imprudência e a perda de competitividade.

4.2. Considerou ainda a similaridade dos itens que, sendo do mesmo gênero, ainda assim não necessitam de uma padronização; nem só funcionam em conjunto com outro; e nem possuem a mesma especificação, com pequenas variações de característica (cor, tamanho, etc). Julgamos, pois, preferível à competitividade o não parcelamento da solução.

4.3. Esta equipe técnica igualmente considerou que a jurisprudência do TCU está pacificada no sentido de que a regra é que a adjudicação ocorra por item, sendo a adjudicação por grupo a

exceção.

5. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

5.1. Considerando-se a adequabilidade econômica, o estabelecimento do bem como comum e modesto, a análise empreendida sobre a pertinência do Sistema de Registro de Preço à circunstância concreta das demandas desta Secretaria, a análise quantitativa, contemplado a média de consumo atual assim como as previsões, considerando-se, ademais, o caráter necessário dos alimentos não perecíveis para os atendimentos da SEMAS, esta equipe julga e neste ETP explicita e declara a sua viabilidade, assim como sua desejabilidade.

Felipe Venturini Arcêncio
Agente de administração

Bianca Bellizzi de Almeida
Nutricionista

Clicie Santos de Araujo
Chefe da Seção de Controle e Gestão de Materiais

Júlio Balieiro
Secretário Municipal de Assistência Social

ANEXO I

Itens	unidade	Quant. Pedido p/ Novo Registro	Proc. Digital 163.396/ 23 - Processo de Compras 1131/ 23 - Pregão Eletrônico 632/ 23			Proc. Digital 106.710/ 23 - Processo de Compras 749/ 23 - Pregão Eletrônico 389/ 23			Proc. Digital 158.034/ 22 - Processo de Compras 1151/ 22 - Pregão Eletrônico 612/ 22			Proc. Digital 154.238/ 22 - Processo de Compras 1105/ 22 - Pregão Eletrônico 583/ 2022			Proc. Digital 81.879/ 22 - Processo de Compras 548/ 2022 - Pregão Eletrônico 282/ 2022			Proc. Digital 64.154/ 22 - Processo de Compras 415/ 22 - Pregão Eletrônico 198/ 22			Proc. Digital 58.421/ 22 - Processo de Compras 356/ 22 - Pregão Eletrônico 165/ 22		
			Qtde constou no último registro	Qtde empenhada	Vencido último Registro	Qtde constou no último registro	Qtde empenhada	Vencido último Registro	Qtde constou no último registro	Qtde empenhada	Vencido último Registro	Qtde constou no último registro	Qtde empenhada	Vencido último Registro	Qtde constou no último registro	Qtde empenhada	Vencido último Registro	Qtde constou no último registro	Qtde empenhada	Vencido último Registro	Qtde constou no último registro	Qtde empenhada	Vencido último Registro
Adoçante líquido	unidade	400	Não constou no Registro de Preços			150	150	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			100	100	21/ 7/ 2023
Amido de milho	unidade	400	400	250	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			400	400	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Arroz	Pacote 5 kg	3000	Não constou no Registro de Preços			3.000	2.436	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			5.000	2.252	15/ 7/ 2023	Não constou no Registro de Preços		
Biscoito de polvilho 200 g	pacote	3000	2.000	1.620	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.500	1.500	13/ 9/ 2023	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Biscoito doce 350 g	pacote	4000	Não constou no Registro de Preços			3.000	3.000	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.500	1.500	13/ 9/ 2023	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Biscoito salgado	pacote	5000	Não constou no Registro de Preços			4.000	4.000	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Item frustrado			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Bombom de chocolate	pacote	300	100	100	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			70	70	13/ 9/ 2023	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Camomila	unidade	1200	800	600	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			800	800	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Chocolate barra 1 kg	unidade	100	Não constou no Registro de Preços			70	70	18/ 12/ 24	Item deserto			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Item deserto		
Chocolate em pó	kg	1000	1.000	300	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.000	1.000	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Chocolate granulado 500 g	unidade	100	Não constou no Registro de Preços			100	100	18/ 12/ 24	Item deserto			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Item deserto		
Erva doce	unidade	1000	800	500	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			800	800	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Extrato de tomate	unidade	1000	1.000	300	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.000	1.000	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Farinha de trigo	kg	800	800	600	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			600	600	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Feijão carioca	kg	3500	5.000	1.000	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			5.000	2.900	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Feijão preto	kg	700	700	300	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			700	510	16/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Fermento químico	unidade	300	300	150	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			300	300	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Rubá 500 g	pacote	1200	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.200	800	21/ 7/ 2023
Leite condensado	unidade	1000	Não constou no Registro de Preços			1.000	1.000	18/ 12/ 24	Item deserto			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Lentilha 500 g	pacote	200	Não constou no Registro de Preços			200	200	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Item deserto			Item deserto			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Massa para lasanha	unidade	300	Não constou no Registro de Preços			300	300	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			400	400	21/ 7/ 2023
Milho de canjica	pacote	300	Não constou no Registro de Preços			300	230	18/ 12/ 24	Item deserto			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Item frustrado		
Milho de pipoca	pacote	1000	Não constou no Registro de Preços			1.000	700	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.000	900	21/ 7/ 2023
Óleo de soja	unidade	4000	Não constou no Registro de Preços			4.000	4.000	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			6.000	3.500	15/ 7/ 2023	Não constou no Registro de Preços		
Orégano	unidade	2000	1.000	600	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.000	1.000	8/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Papouinha	pacote	300	Não constou no Registro de Preços			150	150	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Item deserto			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Pé-de-moleque	pacote	300	Não constou no Registro de Preços			150	150	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Item frustrado			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Queijo ralado 50 g	unidade	800	500	350	28/ 2/ 2025	Não constou no Registro de Preços			400	400	16/ 2/ 2024	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		
Sal refinado	kg	1000	Não constou no Registro de Preços			1.000	1.000	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços			1.400	1.000	21/ 7/ 2023
Sardinha 125 g	unidade	5000	Não constou no Registro de Preços			2.000	2.000	18/ 12/ 24	Não constou no Registro de Preços			Item deserto			Item deserto			Não constou no Registro de Preços			Não constou no Registro de Preços		